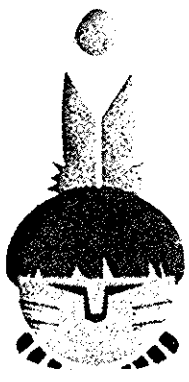


Hoje em dia
19/4/98
Datoxo ta tá tá tá
791

Pataxós fazem ritual de luto por Galdino

Maria Teresa Costa
ENVIADA ESPECIAL



CARAÍVA (BA) - Um ano após a morte do índio Galdino Jesus dos Santos, a tribo dos Pataxós nas aldeias do Pau-Brasil e da Barra Velha, no sul da Bahia, prepara hoje um ritual de luto para a festa de celebração, hoje, do Dia do Índio. Só na região, são ao todo seis aldeias Pataxós, onde vivem 6 mil índios. Galdino morava na aldeia do Pau-Brasil, próxima à cidade de Prado. Como são um povo de índole dócil,

não se pode dizer que o clima hoje seja de revolta com o assassinato ocorrido em Brasília, quando um grupo de jovens jogou álcool e ateou fogo ao corpo do índio. O sentimento que predomina parece ser de abandono e desesperança. O cacique Tururim, 66 anos, conta que antes de começar a festa do Dia do Índio todos vão se reunir para rezar pela alma do companheiro. O pajé Aruanã vai comandar o ritual e cada um fará uma oferenda ao morto: pode ser uma concha, uma flor, um arco e flecha, uma pena de papagaio, qualquer coisa.

Com o ex-cacique Adalton Nascimento, 28 anos, alfabetizado, a conversa é mais dura. Ele integrava a comitiva que foi a Brasília pedir a demarcação das terras dos Pataxós, quando Galdino foi queimado vivo. Adalton lembra que o companheiro era um homem tranquilo, que só queria defender os direitos de seu povo e, camarada, gostava de dividir o que tinha. O ex-cacique voltara um dia antes à aldeia para preparar a festa do Piracema (Dia do Índio). Quando ensaiavam a dança da chuva, chegou a notícia da morte. "Todo mundo parou no meio do terreiro, feito estátua, sem acreditar. Galdino morreu inocente, sem saber por quê. O dia do enterro foi o mais triste de minha vida. Ele era como se fosse um irmão", disse, com a voz embargada.

"Estamos de luto. Essa morte vai mudar a nossa comemoração para sempre. Cada vez que vocês matam um índio, fortalecem a nossa luta. Passamos a questionar mais e a briga fica pior", disse Adalton.

Apesar do discurso, Adalton garante que ele e os companheiros não têm mais esperança de justiça no episódio Galdino. Ele e outras lideranças pataxós foram a Brasília pelo menos duas vezes e as respostas das autoridades são sempre vagas. "Acabou. Acho que a morte do companheiro pode até ter servido para despertar mais consciência em jovens como aqueles assassinos, mas a vida do meu irmão é um preço alto demais", desabafou.

Logo depois do episódio, Adalton pediu para deixar de ser cacique. Diz que se desentendeu porque o cargo exige a tal da "diplomacia" que, para ele, nada mais é que "politicagem", "puxação de saco". Ele também se queixa do relacionamento com os funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Não é muito amigável. As vezes, eles são até bem intencionados, mas não resolvem nada".

ALEXANDRE C. MOTA / ENVIADO ESPECIAL



Cacique Tururim, 66 anos, lamenta a trágica morte de Galdino mas, apesar da dor que atingiu a tribo, prefere a reverência ao amigo à revolta e ódio

A grande e persistente jornada às salas de aula

Nas seis aldeias pataxós da região há seis escolas municipais onde estudam 220 crianças. Outras 310 estão sem estudar por falta de vagas. Segundo a coordenadora educacional Soraia Nascimento, a principal dificuldade é conseguir livros e material didático de um modo geral. "Às vezes, a turma inteira usa um único livro que vai ficando aquele mulambo", contou.

Os professores (que ganham um salário mínimo) estão sem receber desde janeiro último. E, segundo Soraia, há notícia de que alguns deles, que trabalham no meio da mata, estão passando fome. "Não há idealismo que aguente barriga vazia", falou.

O esforço da coordenação é louvável. Pela primeira vez na história dos Pataxós, 27 adolescentes estão cursando o 1º grau numa escola em: Monte Pascoal, cidade mais próxima. Todos os dias, às 4 horas da manhã, os alunos pegam carona num caminhão da Funai que vai à aldeia levar material de construção. Assim que acabarem as obras, os alunos perderão o transporte. "Não sei o que vamos fazer", comentou Ana Nascimento, 17 anos, aluna da 5ª série.



O ex-cacique Adalton não acredita na punição dos culpados

ALEXANDRE C. MOTA / ENVIADO ESPECIAL



Meninas índias oferecem bijuterias aos visitantes da tribo

Educação como o maior legado para as crianças

Logo na chegada à aldeia da Barra Velha, a 6 km do povoado de Caraíva, as mulheres se aproximam em grupos para oferecer bijuterias e artesanato. Timidas, conversam baixinho e quase sempre sorriem. Os homens, em atitude mais defensiva, olham os visitantes com ar desconfiado e mantêm distância. À primeira vista, a aldeia da Barra Velha parece ser apenas um grande e miserável povoado. São ao todo 1.500 índios que vivem em casas de pau-a-pique em condições precárias: não há saneamento básico ou assistência médica.

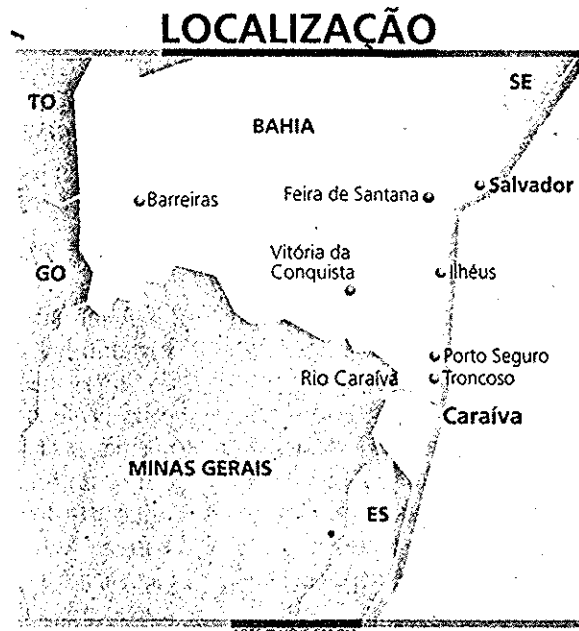
As mulheres dão à luz pelas mãos de uma velha índia parteira, que não se constrange em dizer que não ferve a água nem a faca que usa para cortar o cordão umbilical dos recém-nascidos. As gestantes, e não é de se estranhar, não têm qualquer acompanhamento durante a gravidez.

Esse quadro certamente explica o alto índice de mortalidade infantil na aldeia. Raissa Taylor, a enfermeira da missão "Novas Tribos do Brasil", não tem uma estatística oficial: sabe apenas que o número de óbitos de crianças é pelo menos três vezes maior que o de adultos.

A sobrevivência vem do cultivo da mandioca, banana, cana e abacaxi e, principalmente, da venda do artesanato aos turistas da região. Nenhum dos índios parece ter grandes ambições: um banheiro em casa é o principal sonho desse povo manso e acolhedor que, em meio a tanta miséria, foi capaz de fazer uma descoberta surpreendente: a do valor do estudo. Analfabetos e isolados no meio da mata, perceberam que o grande legado que podem deixar aos filhos não é mais a terra e sim a educação. Os pais incentivam os filhos e já os imaginam advogados e professores.

Embora visivelmente influenciados pelos costumes dos brancos, os Pataxós têm consciência da importância da cultura deles. Está em fase final a construção de um centro cultural, localizado em ponto estratégico da aldeia. A ideia é passar para as novas gerações toda a tradição em forma de culinária, dança, música e rituais.

Na escola, as crianças aprendem a língua pataxó, têm aulas de história indígena e os "professores índios" fazem um belo trabalho de valorização da cultura. São uma gente simples que, devido à imposição dos homens ditos civilizados, se viu obrigada a abrir mão de muitos dos seus costumes, mas que luta para não perder o pouco que lhe resta de referência e dignidade.



Tribo cobra da Funai o sonho do Centro Cultural

Os funcionários da Funai bem que se esforçaram para tentar despertar o clima do "Dia do Índio". Foi realizada uma reunião na sede da fundação, que fica dentro da reserva, para definir o que cada um vai oferecer para a festa. Os índios parecem, a princípio, indiferentes. A coordenadora da escola Soraia Nascimento tenta incentivá-los. As sugestões começam a aparecer, tímidas: mandioca, Ka-kawim (bebida alcoólica à base de mandioca), peixe e caranguejo.

De repente, um deles se levanta e desabafa: "Estou muito desanimado. Não me conformo de não fazermos a festa no Centro Cultural conforme foi prometido". A fala é de Arauê, 43 anos, líder encarregado da organização das festas. Ele se refere à promessa feita pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre, de terminar o centro cultural.

Outros índios se levantam e engrossam o coro. D. Coruja, 56 anos, diz que não vai ficar para a festa. Ela e alguns líderes vão a Brasília se encontrar com o presidente da Funai. "Vamos cobrar uma resposta. Ele esteve aqui com uma conversa bonita, encheu a gente de esperança, prometeu que ia terminar o centro, e nada, nem satisfação", desabafou.

José Eduardo Duque dos Santos, chefe do posto da Funai em Barra Velha, reconhece que a situação financeira da fundação não é boa. Segundo ele, o Governo federal reduziu em 50% os recursos para a Funai desde 97. Duque dos Santos disse, entretanto, que existia a promessa de inaniar o centro hoje,

ALEXANDRE C. MOTA / ENVIADO ESPECIAL



■ **O PAJÉ - Aruanã Pataxó, 61 anos, foi eleito o novo pajé da comunidade. É que o outro, de nome João Marcolino, já está muito velho e tem dificuldades para se deslocar de casa para atender as pessoas. O pajé é autoridade espiritual de uma aldeia, conselheiro e curandeiro de todos os males. Aruanã contou que praticou muitos anos para ocupar o posto, mas não se considerava preparado. "Antigamente, existiam ervas para todos os tipos de enfermidade. Agora tem muita doença nova que o pajé não conhece e não sabe derrotar", falou, acrescentando que os índios estão entregues à própria sorte ou à vontade de Tupã**

Falta de médico agrava problemas

"Já não me lembro de quando apareceu um médico pela última vez aqui em Barra Velha", diz a enfermeira norte-americana Raissa Taylor. Ela faz parte da missão filantrópica "Novas Tribos do Brasil" e mora há cinco anos na aldeia desenvolvendo um trabalho não remunerado e voluntário. Raissa conta que se limita a medicar os índios que apresentam sintomas de gripe, verminoses e problemas de pele. Quando a doença é mais grave é preciso contar com a sorte para levar o enfermo à cidade. Segundo ela, os índios são resistentes a medicamentos, preferindo confiar nas ervas receitas pelo pajé. Raissa informou que a responsabilidade pela saúde dos índios passou da Funai para o SUS.

Morte trágica na noite de Brasília

Na madrugada do dia 20 de abril do ano passado, o índio Galdino Jesus dos Santos, 45 anos, dormia sobre um banco, embaixo de um abrigo de ônibus em Brasília, quando cinco jovens de classe média atearam fogo em seu corpo. Ele morreu poucas horas depois de ser internado.

Ironicamente, Galdino havia retornado de uma comemoração do Dia do Índio na sede da Funai. Ele e outros 11 líderes dos Pataxós tinham ido a Brasília reivindicar a demarcação de suas terras.

Os cinco rapazes foram presos em flagrante. Apenas o menor G.N.A., de 17 anos, foi libertado em setembro do ano passado sob liberdade assistida. A juíza Sandra Santis proferiu sentença, segundo a qual o crime cometido contra Galdino se configura como lesões corporais seguidas de morte.

Para o Ministério Público, a barbaridade do ato evidencia um crime hediondo que deveria ser julgado por júri popular. No entanto, o relator do processo, desembargador Joazil Gardéz, discordou da tese da promotoria, respaldado pelos demais desembargadores. Assim, o crime será julgado por um único juiz, do mesmo Tribunal.

De acordo com a assessora de comunicação do Conselho Indígenista Missionário, (Cimi) Kátia Vaz, a pena, neste caso, pode variar de 4 a 12 anos. Mas como os réus são primários e considerando-se o tempo em que já estão presos, os acusados poderão ser soltos em sete meses.

Katia informou ainda que a promotoria vai recorrer da decisão junto ao Superior Tribunal de Justiça, o que só pode ser feito após a publicação do acórdão.